

Choque fiscal à vista

A advertência que o presidente Sarney fez no seu discurso de reabertura da reunião ministerial de quarta-feira de que adotará novas medidas restritivas e ampliará a presença do Estado na economia reflete a preocupação do Governo com a rigidez do crescimento da demanda e a resistência do setor privado em investir no aumento da capacidade produtiva, segundo a interpretação de credenciadas fontes da área econômica.

Embora não avancem numa data para a próxima atitude do Governo, esses informantes não descartam a possibilidade de, dentro de três meses, se a situação atual se mantiver inalterada, ter o Governo de recorrer a um novo pacote econômico, desta feita um choque fiscal na área do imposto de renda, visando a geração da poupança adicional de que necessitará para elevar o seu nível de investimentos.

DEMANDA AQUECIDA

É visível, segundo a área econômica, a preocupação com a possibilidade de manutenção de altos níveis de demanda a partir de janeiro próximo. Esse temor deriva das primeiras avaliações do efeito das medidas adotadas no dia 21 de novembro passado, no âmbito do Cruzado II. O reajuste cavalgar nos preços dos combustíveis não arrefeceu o consumo, o qual, no mês passado, refletiu um crescimento de quase 15% em relação ao mesmo mês do ano passado, embora o novo preço tenha sido praticado somente durante dez dias do mês.

Outro fator de preocupação diz respeito à indecisão do setor privado em relação à promoção de novos investimentos que não sejam os custeados com recursos públicos. A expectativa de que a taxa de poupança interna, atualmente no nível de 14% do PIB, evolua para algo entre 23% e 25% parece desvanecer-se com a frustração do projeto governamental de estimular, pela via fiscal, as aplicações de longo prazo e punir com uma pesada carga de impostos as aplicações especulativas de curto prazo.

Conforme se salienta na área econômica, a despeito da generosa tributação, que começou a vigorar a partir de

outubro passado, os aplicadores, inclusive os grandes conglomerados financeiros, preferiram permanecer no curto prazo, ainda que pagando uma taxa maior.

É verdade — salientam esses informantes — que a política monetária restritiva, posta em prática pelo Banco Central, ao reduzir drasticamente a oferta monetária à economia, fez disparar as taxas de juros e as aplicações especulativas de curtíssimo prazo ficaram com a preferência dos aplicadores.

Como essa armação não funcionou, tenta agora o Governo reverter a situação, abrindo mão da expectativa da captação de recursos de longo prazo, para investimento, em favor do retorno da taxa de juros a um patamar aceitável. Isso será feito através de nova mudança no sistema de tributação das operações financeiras, reduzindo-se a carga fiscal incidente sobre as operações de curto prazo, para melhorar a liquidez do sistema bancário.

Essa alteração, contudo, significará, por outro lado, a frustração do objetivo de estimular a geração de recursos no mercado destinados ao financiamento de programa de investimento de longo prazo. Fracassou, pelo menos por enquanto, a idéia do Banco Central de criar dois grandes segmentos no mercado financeiro: o primeiro, constituído dos recursos de sobra de caixa das empresas, aplicados a juros elevados e a prazo curtíssimo, abaixo de 28 dias; o segundo, representando uma maior massa de recursos para aplicação a prazos longos com baixa carga fiscal.

Concretamente, se a situação atual permanecer até o início de março, será inevitável um novo "pacote" econômico, desta feita para gerar receita adicional de até Cz\$ 150,0 bilhões mediante um choque fiscal na área do imposto de renda das pessoas físicas e das empresas. Trata-se da providência que desde maio passado vem sendo defendida por uma corrente do governo identificada pelos "pais" do cruzado estabelecidos no Banco Central e a equipe técnica do Ministério do Planejamento.